

Apoiaram a edição deste número da revista  
***DOURO – Estudos & Documentos***  
Instituto do Vinho do Porto  
Reitoria da Universidade do Porto  
Reitoria da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Casa do Douro  
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia  
Governo Civil do Porto  
Wiese & Krohn  
José Vanzeller de Serpa Pimentel  
Quinta do Infantado  
Sogrape / A. A. Ferreira

**DIREÇÃO:**

Fernando Bianchi de Aguiar (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)  
Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

**COORDENADOR:**

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

**CONSELHO DE REDACÇÃO:**

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Arlene Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Instituto do Vinho do Porto/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (CNRS/Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Henrique David (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia - Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luis Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

António Vilela de Matos (Pro-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

**SECRETARIADO:**

Natália Favrelle Costa, Paula Montes Leal

**PROPRIEDADE:**

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**EDIÇÃO:**

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 1559 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156

**Fotografia da capa:** Vindimas na Quinta da Soalheira. Fotografia de Alvão, ca. 1940 (Col. IVP)

**Composição:** Edições Afrontamento

**Impressão e Acabamento:** Rainho & Neves

**Tiragem:** 1200 exemplares

**Depósito Legal:** 98629/96

**ISSN:** 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

# SUMÁRIO

## Editorial 7

9 O GEHVID, um projecto, uma equipa

## Estudos

17 A comarca de Ribacôa no Tratado de Alcañices

José Ignacio de la Torre Rodríguez

29 O Comércio de vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII

Francisco Ribeiro da Silva ■ António M. de Barros Cardoso

57 O alvará de instituição da companhia e os motins do Porto de 1757

António M. de Barros Cardoso

79 Nas origens da casa do Douro

Vital Moreira

97 A produção de famílias – o comércio na história

Jean Lave ■ Paul Duguid

121 A Região na aldeia – uma etnografia sobre a produção local

de regionalidade, no Alto Douro

Shawn Parkhurst

179 A região do vinho do Porto. Origem e evolução

de uma demarcação pioneira

Gaspard Martins Pereira

## Documentos

199 Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII

Aurelio de Oliveira (Introdução e notas) ■ Natália Fauvelle Costa (Transcrição)

## Relatórios e notas de pesquisa

A estação arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, V. N. de Foz Côa

Gonçaves Guimarães

266 Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica

de Vilarinho de Cotas – Alijó

Carlos Alberto Brochado de Almeida

270 Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo

(Longroiva – Meda)

João M. Viana Antunes / Pedro Baêre

276 Organização do povoamento e dos territórios no Vale do Douro durante a

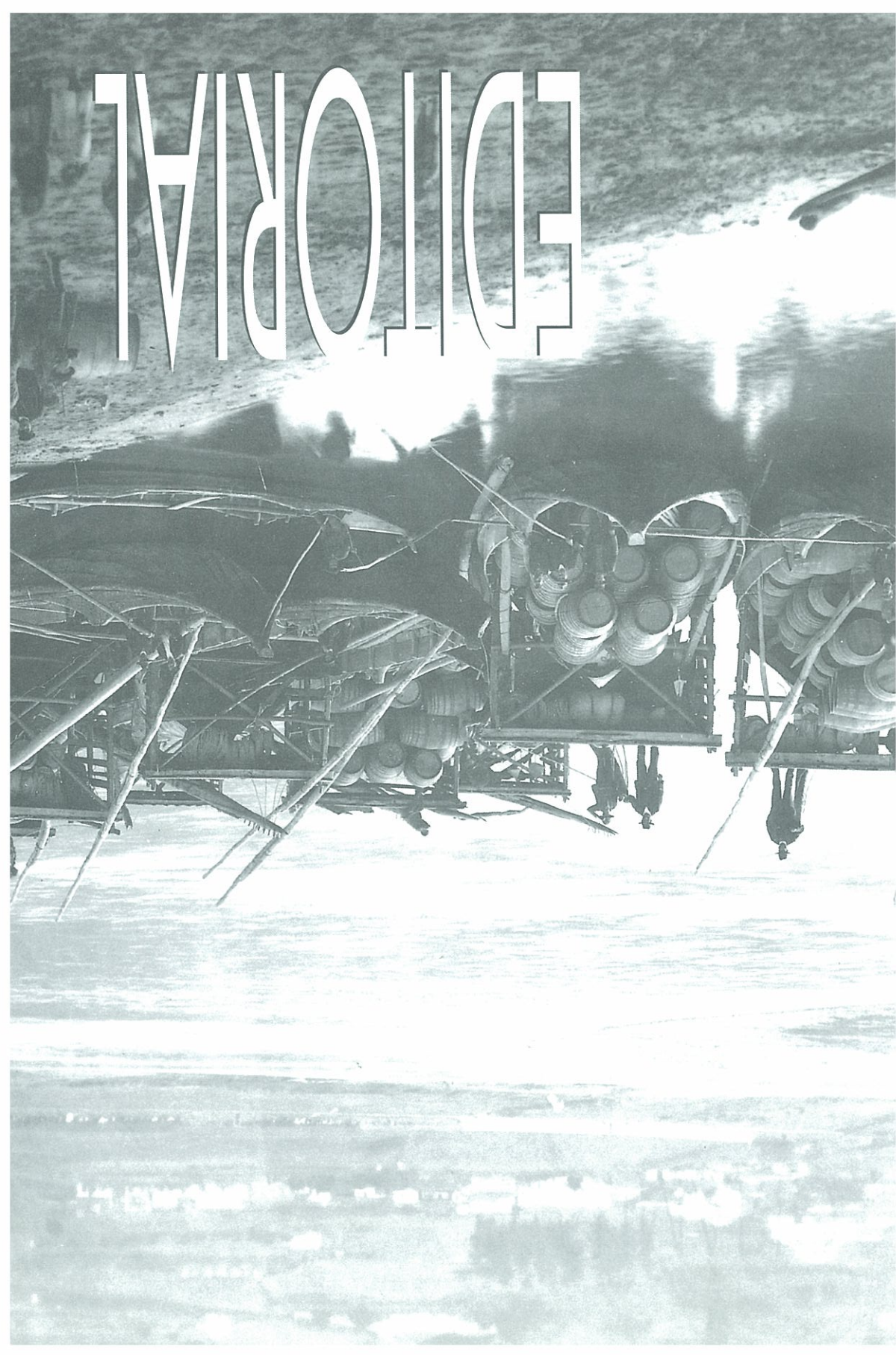
Idade Média – continuidades e rupturas

Equipa de Arqueologia Medieval

## Notícias 291

## Agenda 297

# EDITORIAL





Embarque de vinhos no cais da Régua.  
Foto: Emílio Biel, ca. 1905.

Ao constituirmos, em 1994, o GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, como unidade de investigação da JNICT, pretendíamos sobretudo lançar um espaço de trabalho colectivo em torno de um projecto. Estávamos conscientes dos riscos que teríamos de correr. A aposta num grande projecto de história regional, congregando esforços de várias equipas de historiadores e arqueólogos, fugia, desde logo, ao figurino académico, porque rompia com as habituais barreiras da especialização temporal na pesquisa histórica, integrando num programa de trabalho comum investigadores de vários domínios e épocas. Mas, sobretudo, recusava a ideia de ser um projecto universitário fechado sobre si mesmo, que apresentasse no final, como ligação de mestres, os resultados de um conjunto de investigações pessoais. Assumimos, desde o início, que esse projecto só faria sentido se se desenvolvesse em diálogo permanente com a região, com as suas instituições (em especial o Instituto do Vinho do Porto, mas também a Casa do Douro e a Associação de Empresas do Vinho do Porto), empresas, autarquias, e ainda com todos aqueles que, dentro ou fora da Universidade, no país ou no estrangeiro, na história ou noutros domínios do saber, vinham realizando estudos sobre a região e sobre a vitivinicultura.

Exagerámos, provavelmente, nos objectivos e na agenda das acções – de investigação e de divulgação – a desenvolver para um maior conhecimento da história longa da vinha e do vinho do Douro desde as origens até aos nossos dias. Não previmos, sobretudo, os obstáculos a enfrentar no plano administrativo, e boa parte do nosso tempo foi despendido, durante quase dois anos, em desgastantes, e por vezes desnecessárias, tarefas burocráticas na instituição académica de acolhimento, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde a maior parte dos investigadores do Grupo desenvolve também a sua actividade docente. Em contrapartida, sentimos da parte das instituições, das autarquias e das empresas da região e do sector um grande incentivo e uma enorme expectativa relativamente ao nosso trabalho, o que, ao mesmo tempo que accentuou as nossas responsabilidades, nos deu força para persistir. Foi essencial o apoio que sempre encontramos no Instituto do Vinho do Porto.

Hoje, pouco mais de um ano decorrido desde o início efectivo dos trabalhos do GEHVID e apesar das limitações orgânicas, o balanço é francamente positivo. Foram lançados os primeiros trabalhos arqueológicos em vários pontos da região. Iniciámos a constituição de um vasto ficheiro bibliográfico e de fontes. Desenvolvemos o levantamento de material inédito nos arquivos, desde o período medieval à época contemporânea. Apoiámos jovens investigadores que se encontram a preparar as suas teses de mestrado ou doutoramento. Estabelecemos contactos com centros e com investigadores de várias Universidades estrangeiras (Bordéus, Cádiz, Valladolid, Berkeley e Boston). Começaram a surgir os primeiros estudos elaborados por investigadores do Grupo e marcamos já presença em diversos encontros científicos. Preparamos o I Encontro Internacional sobre a «História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro», a ter lugar no Porto e no Douro, em Março de 1996.

Pensamos, por isso, ser o momento de dar mais um passo. Com a publicação da revista DOURO – Estudos & Documentos, pretendemos não só cumprir um dos objectivos iniciais do GEHVID, divulgando resultados de investigação do Grupo, mas ainda criar um espaço de diálogo aberto com investigadores de outras Universidades e de outros domínios científicos e sobretudo com a região. Nesse sentido, a revista, tendo como base a história regional, não se confinará ao território da disciplina. Buscará pontes com a geografia, a enologia, a antropologia, o direito, a sociologia, a economia, a demografia...

Este primeiro número é disso um exemplo. Além de vários estudos da responsabilidade de investigadores do GEHVID e de notícias sobre diversas acções das equipas de arqueologia, integra outras colaborações. Um estudo sobre a região de Riba Cõa na Idade Média, de José Ignacio de la Torre Rodriguez, investigador da Universidade de Valladolid, que está a preparar a sua dissertação de doutoramento em História Medieval e que tem colaborado com a equipa de medievistas do GEHVID. Um texto conjunto da antropóloga Jean Lave e do historiador Paul Duguid, da Universidade de Califórnia-Berkeley, que sintetiza as linhas gerais do projecto *Trading in History*, que aqueles investigadores americanos vêm desenvolvendo sobre a história do vinho do Porto. Um estudo do antropólogo Shawn Parkhurst, que integra o mesmo grupo da Universidade da Califórnia-Berkeley e que tem vindo a desenvolver o seu projecto de investigação numa aldeia do Douro. Uma nota de Gonçalves Guimarães sobre os trabalhos arqueológicos em curso na Quinta da Ervamoira. E um estudo do jurista Vital Moreira, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sobre *As Origens da Casa do Douro* (publicado também em monografia, com o apoio da Casa do Douro), fundamental para o conhecimento de uma das instituições de regulação profissional do sector. Iniciamos também neste número a publicação de documentos para a história da região, com uma descrição inédita do Douro Superior no século XVIII, apresentada por Aurélio de Oliveira.

Tal como toda a actividade do GEHVID, também a publicação de DOURO – Estudos & Documentos só se tornou possível com o apoio do Instituto do Vinho do Porto, da Universidade do Porto e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que estabeleciram entre si um protocolo no sentido de criar condições para a continuidade desta revista, reforçando simultaneamente a sua articulação com a região e a sua vocação pluridisciplinar e interuniversitária.



## O GEHVID: UM PROJECTO, UMA EQUIPA

### 1. O PRINCÍPIO

Somos hoje cerca de três dezenas de investigadores. Mas já fomos muito menos. Por isso é melhor começar a contar a história pelo princípio. O grupo nasceu de uma conversa informal de dois docentes de História da Faculdade de Letras do Porto que, cansados de pautarem o seu trabalho exclusivamente pelas exigências da carreira académica, partilhavam o «sonho» de participar num *projecto colectivo, planificado*, sem outras regras além das que decorrem da seriedade de um trabalho científico actual, e da camaradagem de quem participa numa mesma empresa. Falou-se de imediato no Douro. O Douro, vale – da fronteira espanhola até à foz, no Porto. O Douro, região vitivinícola – a de hoje, a de ontem. As ideias começaram a surgir em catadupa. Cronologicamente, não havia um princípio: aí onde surgisse o primeiro vestígio humano, os nossos arqueólogos começariam a escavar. Mas haveria um fim, pelo menos provisório: o século XIX. Em torno de um tema central – a história da vinha e do vinho – arrumar-se-iam todos os outros (a história económica, social, política, dos usos e dos costumes durieneses). Não que desprezásemos a história do século XX. Mas aí, contamos com a colaboração que pudesse vir a ser estabelecida com muitos colegas, de diversas áreas de investigação, que vêm desenvolvendo trabalhos notáveis sobre as questões durieneses: geógrafos, como François Guichard, de Bordéus; sociólogos, como António Barreto, do ICS; juristas, como Vital Moreira; antropólogos, como Jean Lave, José Portela ou Shawn Parkhurst; economistas, como Carlos Melo Brito e João Rebelo; enólogos e agrónomos, como Arlete Mendes de Faria, Nuno Magalhães, João Nicolau de Almeida e Bianchi de Aguiar, a colaboração decisiva do IVP e da UTAD.

### 2. AS PESSOAS

O segundo passo foi estabelecer os contactos iniciais, fazer os primeiros convites para a aventura. O princípio era, e é, claríssimo: o GEHVID é um grupo *totalmente aberto*. Qualquer investigador que queira participar é bem vindo. Terá tão só que se integrar, da maneira que entender mais conveniente, no projecto colectivo. A partir daí, formulámos duas linhas de rumo: convidar para colaborar com o grupo *todos* os investigadores portugueses e estrangeiros que, tanto quanto subêssemos, estivessem a trabalhar ou tivessem trabalhado alguma vez sobre o Douro; propor quatro coordenadores, pelas áreas cronológicas clássicas

Estamos a pensar essencialmente em três. Sabendo que uma obra monográfica exaustiva e abrangendo um período tão longo sobre a região do Douro constitui empresa para muitos anos, entendemos, tão cedo quanto possível, começar a colocar ao dispor de toda a comunidade interessada quer textos que sejam fontes históricas importantes quer artigos científicos. Isso será feito através desta revista ou de «Cadermos» sem periodicidade definida (basicamente para publicação de documentos). Em segundo lugar, realizaremos todos os anos uma grande reunião científica de trabalho, em que investigadores do GEHVID, os membros da Comissão de Acompanhamento Científico e outros convidados debaterão entre si os resultados da investigação conduzida durante o período anterior. A primeira terá lugar em Março de 1996, no Porto e na Régua. Todo o esforço deverá tender para a publicação de uma história da região vitivinícola do Douro, que por certo será grande em número de páginas mas que gostaríamos essencialmente que fosse rigorosa, séria e inovadora no conteúdo. Isso dependerá também, em grande parte, dos que nos estiverem a ler e não forem (ainda!) membros do GEHVID.

Há uma quarta linha de força que fazemos questão de destacar: a colaboração constante com todas as entidades e instituições do sector e da região, do Instituto do Vinho do Porto à Casa do Douro, das autarquias às empresas exportadoras, passando pelas associações de defesa do património local, para ajudar a responder a questões pontuais que se lhes coloquem. Encaramos a investigação histórica como *uma das muitas maneiras de gostar do Douro*, entilheirando com gosto ao lado dos que plantam as vinhas ou apanham as uvas, controlam a qualidade do

### 3. LINHAS DE ACÇÃO

(História Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea), a quem competiria ir constituindo e organizando a investigação das respectivas equipas. Para tal, não olhámos a títulos nem a graus: pedimos apenas mérito científico reconhecido e dedicação ao projecto.

Começamos assim, uma meia-dúzia cheia de entusiasmos... e de mais nada. Passaram alguns meses. Hoje o GEHVID conta com um número significativo de membros, entre professores consagrados e jovens que dão os seus primeiros passos na pesquisa histórica. Há muitos outros que mantêm connosco contactos informais. E um número crescente de instituições, ligadas à investigação científica, ao poder autárquico ou ao sector do vinho do Porto (permítta-se-nos destacar, por estarem ao nosso lado desde o «nascimento», o Instituto do Vinho do Porto e a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica), declarou-nos o seu apoio e aposta cada vez mais em nós. Que é como quem diz, no nosso projecto. Passemos a resumir-lo.

vinho ou o promovem no estrangeiro. Estamos a cooperar com alguns projectos em curso na região.

#### 4. O TRABALHO DAS VÁRIAS EQUIPAS

Nos primeiros meses pouco se avançou: havia que arranjar um local de trabalho, criar estruturas de apoio, solicitar ajudas, estabelecer contactos – um esforço penoso, demorado, nada visível, mas sem o qual não se pode trabalhar. A pouco e pouco, a investigação propriamente dita começou, por iniciativa individual ou de grupos. Eis um brevíssimo ponto de situação do que se foi fazendo:

1. O grupo de História Antiga, coordenado por Carlos Alberto Brochado de Almeida, tem-se debruçado, essencialmente, sobre o período da romanização, investindo, nesta primeira fase, no levantamento de fundos bibliográficos e colecções museológicas com interesse para a região do Douro. Os arqueólogos desta equipa iniciaram já alguns trabalhos de campo, nomeadamente em Longroiva e em Vilarinho de Cotas, e está em preparação o estudo e recuperação do castelhum da Fonte do Milho, em Canelas, importante estação arqueológica do período romano na região, com vestígios fundamentais da actividade vinícola, e praticamente abandonada depois dos estudos de Russell Cortez.

2. O grupo de Idade Média, coordenado por Luis Miguel Duarte, tem uma tarefa difícil: com bastante documentação dispersa, que pouco se refere ao vinho, e com escassíssimas monografias em que se apoiar, virou-se essencialmente para a arqueologia. Dando continuidade a projectos anteriores e/ou exteriores ao GEHVID, avançámos este ano com três campanhas preliminares: na Abadia Velha de Salzedas, em Ansiães e em Numão<sup>1</sup>. Há a preocupação de, logo que possível, proporcionar às autarquias da zona pequenos textos que possam servir de apoio a actividades de promoção cultural e turística. Paralelamente, iniciou-se a pesquisa documental e bibliográfica e a elaboração de uma cronologia, estando a ser estudadas as *Inquirições* e a *Leitura Nova*, do A.N.T.T.<sup>2</sup>. Um dos membros do GEHVID está, por sua vez, a preparar uma tese de doutoramento sobre a região de Ribadouro, a apresentar à Universidade de Valladolid.

3. O grupo de História Moderna, coordenado por Francisco Ribeiro da Silva, tem desenvolvido os seus esforços em duas direcções de pesquisa das quais há muitíssimo a esperar: a produção vitícola e o comércio do vinho entre o século XVI

<sup>1</sup> Tratou-se essencialmente de proceder à limpeza dos sítios, ao levantamento e desenho do material e estruturas à superfície, etc.

<sup>2</sup> Esta equipa tem-se essencialmente do facto de três dos seus membros, José Augusto Pizarro, Luís Carlos Amaral e Mário Jorge Barroca, estarem a concluir as respectivas dissertações de doutoramento, pelo que a sua colaboração com o GEHVID está, de momento, reduzida ao mínimo. Esperamos a breve trecho poder contar com todo o entusiasmo e saber destes investigadores.

e o século XVIII. Aurélio de Oliveira e Ribeiro da Silva têm vindo a reunir corpos documentais de importância crucial para o estudo da região nesse período. Em breve, iniciar-se-á, em colaboração com as autarquias da região, a publicação sistématica das Memórias Paroquiais de 1758, relativamente às freguesias incluídas na zona demarcada. Assinala-se que coube a dois dos membros desta equipa, Francisco Ribeiro da Silva e António Cardoso, o nosso «baptismo de fogo» em colóquios científicos: estes dois investigadores apresentaram, em Cádiz, na Universidade Internacional de Andaluzia, no Colóquio *Vinos Y Aguardientes Andaluces en América*, que decorreu de 7 a 11 de Agosto de 1995, uma comunicação intitulada «O Comércio de Vinhos do Douro com o Brasil ao longo do século XVIII».

4. Por último, a equipa de História Contemporânea – constituída por Gaspar Martins Pereira (coordenador), Henrique David e Jorge Martins Ribeiro – tem vindo a reunir materiais para o estudo do período que medeia entre o final do governo pombalino (1777) e a reorganização pós-filoxérica que desemboca na legislação de João Franco (1907). Busca-se, essencialmente, esclarecer alguns aspectos fundamentais na história do vinho do Porto e da sua região produtora ao longo desse período: o alastrar do vinhedo e a reorganização do espaço regional; o processo de transferência da propriedade e a reestruturação social no Douro, na sequência da legislação liberal; as inovações técnicas no cultivo da vinha e na vinificação; as relações entre a produção e o comércio e entre a região do Douro e o Porto. Em 1995, inventariámos todos os documentos do Ministério do Reino, guardados no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, relativos à Companhia, ao Douro e ao comércio do vinho do Porto, para o período que vai de 1756 a 1852, tendo pronto para publicação esse inventário, bem como um conjunto de documentos inéditos que nos pareceram de grande importância. Mais recentemente, Antonieta Cruz, especialista em história social contemporânea, aceitou colaborar com a equipa. Célia Taborda da Silva, da Universidade Católica, iniciou, entre-tanto, uma tese de doutoramento sobre os movimentos sociais no Douro no período da instauração do liberalismo. Para o trabalho final, contamos ainda com a colaboração de outros investigadores, como Paul Duguid, da Universidade da Califórnia-Berkeley (associado a um projecto colectivo de que fazem parte também os antropólogos Jean Lave e Shawn Parkhurst) e Norman Bennett, que têm trabalhado sobre as estratégias empresariais no sector do vinho do Porto.

## 5. AS DEMARCAÇÕES DA REGIÃO

Uma das primeiras colaborações a que o grupo foi chamado, e que se sentiu honrado em aceitar, foi a preparação para publicação pelo Instituto do Vinho do Porto da obra póstuma do Eng. Moreira da Fonseca, *As Demarcações Marianas*

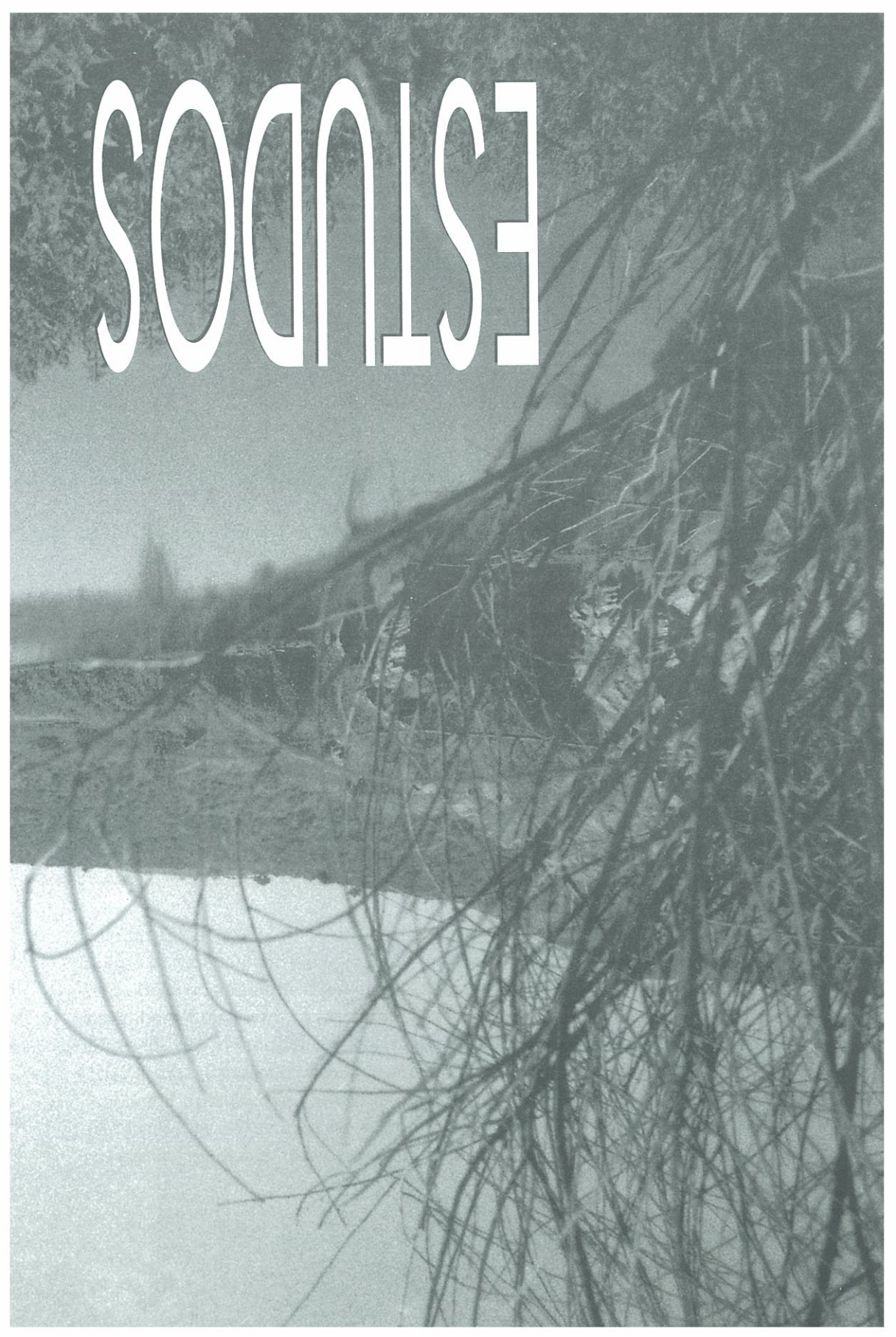
*no Douro Vinhateiro*. Impressionante trabalho de erudição daquele antigo funcionário superior do Instituto do Vinho do Porto e profundo conhecedor da região, o volumoso original dactilografado carecia de uma revisão e de algumas adaptações às novas exigências de impressão, que levámos a cabo. A obra, que constituirá um dos documentos mais marcantes da história do Douro, será dada à estampa a brevíssimo prazo. Entretanto, dois dos nossos investigadores localizaram novos documentos referentes a demarcações do século XVIII, que eram totalmente desconhecidos até hoje, e de que, em próxima oportunidade, se dará notícia detalhada.

## 6. A FECHAR

Gostaríamos que quem não conhece o GEHVID ficasse com uma imagem fiel do que somos: um grupo de investigação aberto, que não só admite como *sollicita* a entrada de novos membros, qualquer que seja a respectiva disponibilidade de colaboração e área temática ou cronológica de interesse; um grupo que, no relacionamento interno, apenas se preocupa com a generosidade dessa colaboração e a qualidade científica do que se faz; um grupo que, existindo *hoje e aqui*, só entende a sua razão de ser em estreitíssima ligação com todas as pessoas e entidades que, *hoje e aqui*, trabalham no e para o Douro.

Luis Miguel Duarte  
(FLUP/GEHVID)

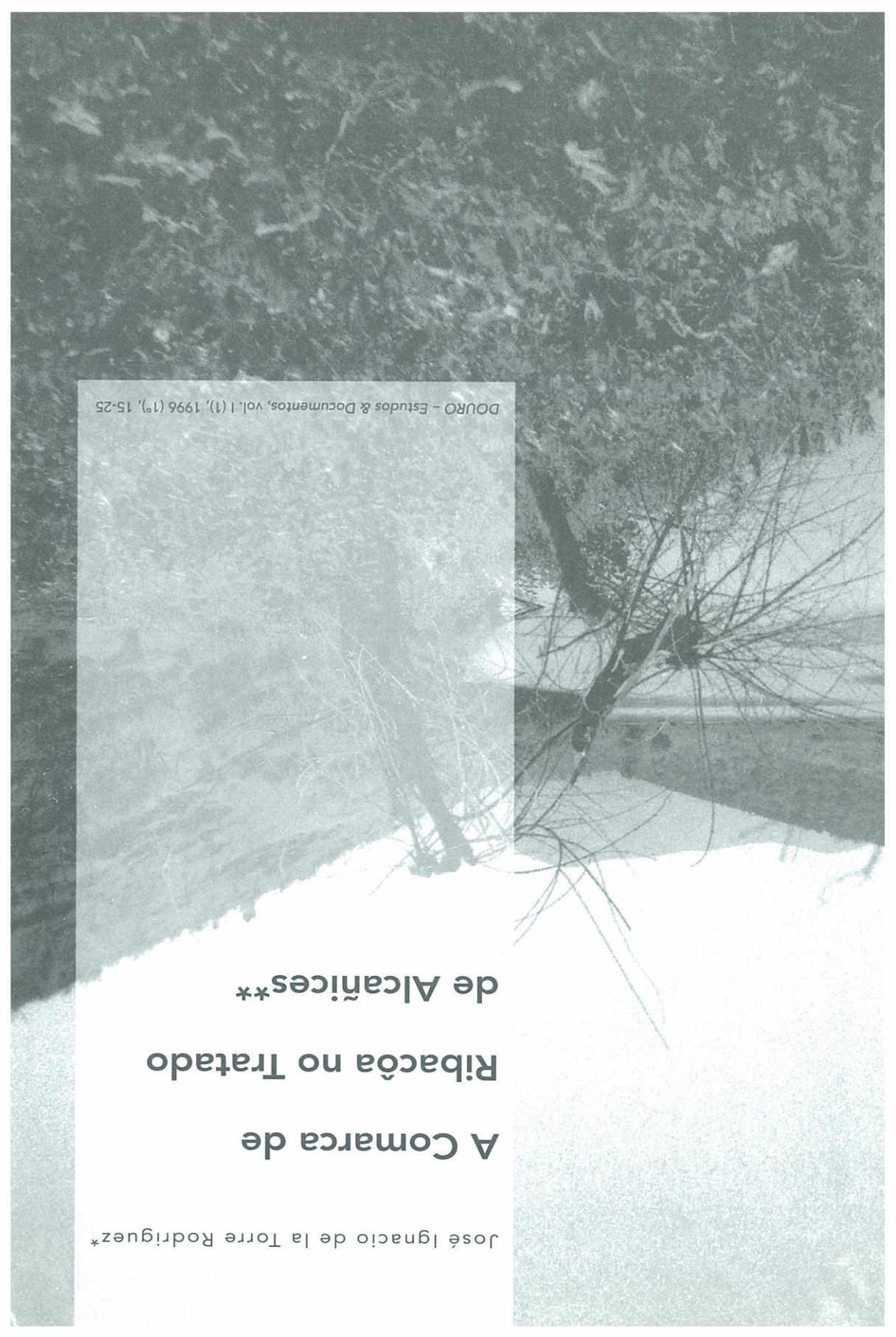
# ESTUDOS SOCIAIS



José Ignacio de la Torre Rodríguez\*

# A Comarca de Ribacôa no Tratado de Alcáñices\*\*

DOURO – Estudos & Documentos, vol. 1 (1), 1996 (1º), 15-25



Côa – Foz da Ribeira dos Piscos – Vila Nova de Foz Côa. Foto: Duarte Belo, 1995.

- ✪ Universidade de Valladolid. Prepara, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a dissertação de doutoramento sobre a região de Riba Côa na Idade Média. Bolseiro do Instituto Camões.
- ✪✪ Comunicação apresentada no «I Congreso Internacional de Estudios Transfronterizos sobre las Contiendas», Huelva, Julho 1995.



## 1. INTRODUÇÃO

A comarca denominada Ribacõa ou Riba de Cõa foi, durante parte da Idade Média, ponto neválgico dos conflitos surgidos entre os reinos peninsulares de Leão e de Portugal, porque marcava a fronteira entre ambos; uma fronteira perfeitamente definida pelo rio que dá nome a toda a comarca, o Cõa.

Geograficamente, não é mais que uma estreita faixa de terra em forma de linha no distrito português da Guarda, vizinha da actual provincia espanhola de Salamanca, com quinze léguas<sup>1</sup> de comprimento por quatro de largura. Está delimitada a Oeste pelo rio Cõa que, desde a nascente na Serra da Malcata até desaguar no rio Douro, em Vila Nova de Foz Cõa, marcava a velha fronteira. A Norte, o seu limite é o Douro. A Este o limite é o rio Tourões, que desagua no rio Agueda, depois de atravessar Ciudad Rodrigo, e, posteriormente, este último até desaguar no Douro. Finalmente, é a Sul que os seus limites adquiriram uma certa imprecisão; porém, podemos considerar a Serra da Malcata e os limites medievais dos alfozes de Alfaiates e Sabugal como parte integrante da mesma.

Somente a partir do século XI encontramos referências a Ribacõa na documentação dos reinos cristãos medievais, que nos permitem conhecer a presença cristã na zona. A primeira fonte documental narra a conquista aos mouros, por Fernando I, de certas vilas de Ribacõa no ano de 1039<sup>2</sup>. Mas mesmo esta data é discutível – Brandão, no segundo tomo da *Monarquia Lusytana*, data a conquista de Fernando I dez anos depois<sup>3</sup>. A partir deste momento pode considerar-se a comarca como parte estável do domínio cristão.

Mencionámos a palavra *fronteira*. Este termo, complexo e difícil para os períodos medievais, é muito polémico, já que não é o mais apropriado para definir a «linha» de separação entre, neste caso, Portugal e Leão ou Castela-Leão. Apesar destas dificuldades, o seu uso supõe a aceitação da ideia de estar perante dois espaços geopolíticos diferentes e únicos que, por sua vez, se definem um em relação ao outro como dois mundos opostos e, de certo modo, irreconciliáveis. Se aceitarmos esta ideia, comprovaremos que a zona de Ribacõa não é precisamente um modelo de fronteira: nela o intercâmbio e o fluxo de pessoas, mercadorias, soldados, etc., é contínuo; o que marca realmente a diferença é o pagamento das rendas, a Leão ou a Portugal. Nem sequer na língua parecem existir diferenças.

**1** Léguas, medida de longitude equivalente a 5572 metros e 7 decímetros.  
**2** História dos Godos de 1039: «Era MLXXXVIII (1039) capuntur in Extremaduri multae populationes cis et citra william Turpini, Talmeyda, Egitania, et usque ad ripam Tagi». (Referência tirada de COSTA, M. Gonçalves, *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga, 1977-1987, vol. 2, p. 40).  
**3** BRITO-BRANDÃO, *Monarquia Lusytana*, Tom. 2, livro VII, cap. 28, p. 533: «& no seguinte, que forão mil & quarenta & nove do Nascimento do Nosso Redemptor Jesu Christo, entraraõ gentes del Rey por Extremadura, & se ganhou parte de Tras - los Montes, Riba de Coa, & o mais até a Serra da Estrella...».

professor Lindley Cintra provou, na sua obra *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, que a língua daquelas gentes não diferia em quase nada de um lado ou de outro da fronteira. Portanto, quem realmente suportava o peso da demarcação da fronteira não seria o vale do Côa mas sim as vilas mais próximas, onde a malha administrativa de um rei distante se encontrava instalada, actuando ao sabor das circunstâncias.

Se, de forma simplista, reduzirmos este problema perguntando qual o rei que tem os direitos sobre esta terra, veremos que a resposta não é nada fácil, já que ao ter-se separado Portugal do Reino de Leão, teriam que ser os soberanos portugueses a fazer o maior esforço para impor uma nova situação política, radicalmente diferente da anterior, numas terras que já estavam sob o controlo das monarcas leonesas. O problema reside, para a zona em questão, no facto de apenas ter chegado até nós um documento sobre as terras de Ribacôa do período do nascimento de Portugal (1130), com o qual ficamos com a ideia de uma região quase erma sem nenhum poder estabelecido de facto. Assim, a documentação que recorremos até ao momento (o que não significa que seja a única) é datável do último terço do século XII, quando o Reino de Portugal já está perfeitamente estabelecido com bases na margem esquerda do Côa. Nesta documentação podemos observar o que foi dito anteriormente: as duas monarquias tentam controlar a terra através de doações ao mesmo mosteiro assinando como senhores dessa terra e garantindo, deste modo, as rendas e a discussão da autoridade sobre Ribacôa no momento da outorga do documento. No final desta disputa pelo controlo da zona, ganhará a monarquia leonesa, a quem ela pertencerá até ao Tratado de Alcañices, que alterará a situação geopolítica local, fazendo passar o controlo da marca para o reino português.

## 2. O TRATADO DE ALCAÑICES E A SUA IMPORTÂNCIA

A 12 de Setembro de 1297, reuniram-se na vila zamorana de Alcañices os representantes das Coroas de Castela-Leão e Portugal para concluir um tratado de paz que terminasse com as disputas que tinham surgido, nos últimos tempos, entre as duas monarquias, devido à morte prematura do rei castelhano Sancho IV, o Bravo e ao problema sucessório suscitado pela mesma; o seu casamento com Maria de Molina fora invalidado devido à proximidade de parentesco e, portanto, o filho nascido da dita união não era reconhecido como legítimo, pelo que não tinha direito ao trono, dando assim oportunidade a que o infante Don Juan, irmão do rei, reclamasse para si a coroa ou, pelo menos, a do Reino de Leão.

Neste problema interno da Coroa castelhana intervieram os reis de Aragão e de Portugal que, vendo a extrema fragilidade de Castela, pretendiam desmem-

brá-la nas suas componentes (Reino de Leão e Reino de Castela) para assim evitar a preponderância que os castelhanos tinham obtido sobre os restantes reinos peninsulares, devido às campanhas levadas a cabo durante o século XIII pelo rei Fernando III e o seu filho primogénito, Alfonso X. Para conseguirem os seus objectivos, apoiaram as pretensões do infante Don Juan, que queria governar em Leão deixando Castela ao infante Fernando, filho de Sancho IV. D. Dinis, rei de Portugal, tinha também a intenção de casar uma das suas filhas com o rei que governasse o reino vizinho ao seu, fosse quem fosse o seu possuidor, e tal tinha sido prometido ao infante Don Juan.

Para pressionar a regente e os conselheiros de Fernando IV, D. Dinis entra pelas terras da Beira portuguesa em direcção a Ciudad Rodrigo e Salamanca, com o propósito de alcançar Valladolid, onde estava o monarca castelhano com a sua corte. Por circunstâncias diversas, D. Dinis não passou de Simancas, a oito quilómetros da capital castelhana, retornando aos seus domínios mas assegurando os castelos e as terras da comarca de Ribacõa, aí reconstruindo fortalezas e instalando tropas. Depois de alguns adiantamentos, os partidários do jovem rei aceitaram reunir-se com os representantes portugueses em Alcañices para resolver a situação.

O Tratado de Alcañices veio a supor, provavelmente, a maior correcção das fronteiras entre a Coroa castelhana e o Reino de Portugal; em linhas gerais, são as fronteiras que possuímos actualmente. Neste Tratado, Fernando IV e a regente, Maria de Molina, cedem perpetuamente certas vilas ao reino vizinho (que já as ocupava militarmente) em troca das vilas de Arcena e Aroche (que já era castelhana). Para Portugal passaram os castelos de Serpa e Moura na fronteira do Guadiana; Olivença, recuperada por Castela – Espanha – no início do século XIX; Ouguela; Campo Maior; San Felices de los Gallegos, onde a presença portuguesa foi pouco real, retornando quase de imediato à Coroa castelhana; e os castelos e vilas situados em Ribacõa: Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Monforte, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor e outros lugares. Contudo, nesta última concessão introduz-se um elemento novo:

«E outrosy eu, el Rey dom Fernando entendendo e conheciendo que vos tendes em vossa mão, com todos os seus termos»<sup>4</sup>.

des direito en alguns lugares dos castellos e villas de Sabugal e Alfaiates, e de castell Rodrigo, e de Villar mayor e de Castel bom, e Dalmeyda e Castel millhor e de Mon forte, e outros lugares de Riba de coa, os quaes vos Rei D. Denis, agora

Da leitura deste parágrafo do Tratado de Alcañices, e a aceitarmos o texto do cronista, tiramos um elemento inovador, do qual não tínhamos notícia até ao

<sup>4</sup> PINA, Rui de, *Crónica de D. Dinis*, segundo o Códice Inédito n.º 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1945, p. 64.